

26 SET 1985

Aue V

ANC 88  
Pasta 09/85  
090/1985

# Bierrenbach: Governo pode retirar sua emenda

BRASÍLIA — O Deputado Flávio Bierrenbach (PMDB-SP) acusou ontem a existência de "sinais concretos" de que o Governo poderá retirar do Congresso a proposta que convoca a Constituinte, a fim de evitar a sua descaracterização através da aprovação de emendas apresentadas por parlamentares. Pela primeira vez desde que assumiu a função de Relator da Comissão Mista que examina a matéria, Bierrenbach confessou-se preocupado com a perspectiva de um impasse entre o Executivo e o Legislativo.

Ele preferiu não identificar as fontes que o levaram ao pessimismo. Mas enfatizou a inconveniência de um movimento que está surgindo no Congresso pela rejeição da proposta governamental.

Bierrenbach reafirmou que entre a emenda do Governo e as propostas da sociedade civil há um fosso. E defendeu "uma solução negociada para evitar que o Congresso aprove uma convocação da Constituinte contrária aos interesses da Nação".

A retirada da emenda do Governo, segundo o relator, significaria um retrocesso, "que cumpre evitar em benefício da Nova República".

O risco da retirada da emenda foi absolutamente descartado pelos Líderes do Governo no Sena-

do, Humberto Lucena, e na Câmara, Luiz Henrique (em exercício), e também pelo Ministro da Administração, Aluizio Alves. Os três lembraram a última reunião do Conselho Político do Governo presidida por José Sarney, durante a qual ele reforçou a sua intenção de tornar norma legal a convocação da Constituinte.

Aluizio Alves disse que até o momento do embarque para a reunião da ONU conversou com o Presidente da República sobre o assunto e obteve dele a reafirmação de seu propósito de ver aprovada a emenda de convocação da Assembléia.

Lucena, no entanto, lembrou que nessa reunião Sarney solicitou às Lideranças da Aliança Democrática o máximo de empenho para que a proposta do Executivo não fosse descaracterizada.

Ainda ontem, Bierrenbach foi procurado pelo Presidente em exercício, Ulysses Guimarães, que lhe propôs um encontro no próximo fim de semana em São Paulo, para discutir as questões polêmicas levantadas em torno da convocação da Constituinte.

O Deputado José Eudes (PSB-RJ) fez um apelo ontem "aos parlamentares democratas e progressistas" para que não dêem quorum à votação da emenda do Governo de convocação da Constituinte.



Geraldo Ataliba acha que as minorias têm direito de pedir a consulta popular

## Jurista sugere referendo popular para as matérias controvertidas

BRASÍLIA — O jurista Geraldo Ataliba, Professor da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, apresentou ontem à comissão mista que examina a emenda de convocação da Constituinte uma sugestão para o referendo popular à nova Constituição. Pela proposta, 20 por cento dos constituintes poderão pedir destaques para determinada matéria decidida pela Assembléia, a fim de que ela seja submetida à população.

As minorias que pedirem destaque para a apreciação de um

tema poderão, se for o caso, encaminhar ao povo uma alternativa, a fim de que, na hipótese de ser recusada pela população norma aprovada pela Constituinte, haja um texto para substituí-la.

Geraldo Ataliba afirmou nos debates com a Comissão Mista que "a realidade brasileira recomenda que o Congresso receba atribuições constituintes" e sugeriu a formação de uma comissão, da qual participariam os Senadores eleitos em 1982, para cuidar da legislação ordinária.

## Marchezan aponta 'engodo à Nação'

BRASÍLIA — O Deputado Nelson Marchezan (PDS-RS) acusou ontem o Governo de mobilizar suas forças no Congresso para transformar a Assembléia Nacional Constituinte em mera revisora do texto constitucional e, com isso, "preparar um engodo à Nação". Ele propõe, em emenda, a eleição exclusiva para os constituintes, que seria realizada em junho do próximo ano, seguida da instalação da Assembléia em julho.

## CNBB vai pedir oração e reflexão

BRASÍLIA — A Presidência da CNBB pedirá a todos os bispos que, no próximo 12 de outubro, promovam em suas dioceses Dia de Orações e Reflexão sobre a Constituinte, "pois o papel da Igreja é de estimular os leigos e encorajar os cidadãos para a participação no atual momento do processo".

Segundo o Presidente da CNBB, Dom Ivo Loscheiter, não cabe à instituição tutelar o processo, que leva à Constituinte, mas ela também não pode ser omissa.

Prefeito